

Tadeu Alencar Arrais

A cidade e a utopia

Resumo

A cidade, historicamente, reuniu as condições objetivas para a emergência do pensamento utópico. O governo ideal e a forma ideal foram perseguidos tanto pela pena de filósofos quanto pelo compasso de urbanistas. A experiência pedagógica e mobilizadora da cidade cria um sentimento de mudança nos homens, pois permite acreditar que a sua realidade é mutável.

Cidade

Utopia

Governo ideal

Forma urbana

Abstract

Historically, the city brought together the objective conditions for the emergence of utopian thinking. Ideal government and form were persecuted both by the pen of philosophers and by the compass of urban planners. The city's pedagogical and stimulating experience creates a sense of change in men, as it allows to believe that its reality is changeable.

City

Utopia

Ideal government

Urban shape

“A ilha desconhecida é coisa que não existe, não passa duma ideia da tua cabeça, os geógrafos do rei foram ver nos mapas e declararam que ilhas por conhecer é coisa que se acabou desde há muito tempo.”

José Saramago, *O conto da ilha desconhecida*

INTRODUÇÃO

Três narrativas justificam o vínculo histórico entre o desenvolvimento das cidades e o aparecimento das utopias. A primeira refere-se à busca do governo ideal. O desejo de relações harmônicas entre os homens, materializadas em uma comunidade política, adquiriu, frequentemente, contornos urbanos. A segunda refere-se à forma urbana. As sociedades ideais, em diferentes tempos, responderam por uma morfologia comumente adjetivada de cidade. A terceira é aquela que procurou, a partir da crítica às condições urbanas da modernidade, explorar as possibilidades de construção de um mundo novo a partir das cidades. Essas narrativas utópicas exploraram o potencial mobilizador das cidades, indicando o espaço público como arena de contestação e transformação da realidade urbana.

Ao contrário do que propõe os autores da envergadura de Mumford (2007), Bloch (2006) e Szachi (1972), não temos nenhuma pretensão de propor uma tipologia das utopias. O propósito deste ensaio é discutir os vínculos históricos entre algumas narrativas utópicas e as cidades. As obras citadas, fração pequena quando consideramos o universo da literatura utópica, são híbridas e permeáveis, mas revelam, sobretudo, visões críticas da sociedade, bem como soluções românticas para os conflitos humanos. Com alguma frequência também revelam o despotismo de governos autoritários. O fato é que a cidade, por concentrar os excedentes materiais socialmente produzidos, assim como um conjunto de demandas coletivas para a reprodução da vida, serviu como húmus para construção de uma parte significativa das narrativas utópicas. É isso, considerando o contexto contemporâneo, que abre brecha para acreditarmos na possibilidade de um futuro diferente.

O GOVERNO DESEJADO

Platão [427a.C-348a.C.], em *A República* (2008), argumenta que a cidade nasceu da necessidade de re-

produção da vida coletiva. Em decorrência da relação de dependência do agrupamento humano, novas demandas foram criadas a cada momento. Por um lado, na ampliação da divisão do trabalho e, por outro, na diversificação das formas institucionais de uma determinada comunidade política. Não é por acaso que Aristóteles, aluno de Platão, tenha adjetivado a cidade de comunidade política, tendo precedência, nesse sentido, sobre o indivíduo (1985, p.15). A miragem da justiça é o que guia, em grande medida, os diálogos protagonizados por Sócrates. A sociedade ideal de Platão é composta por magistrados, guerreiros e trabalhadores (artesãos, agricultores, criadores etc.). A aristocracia, tipo de governo bom e justo da cidade ideal de Platão, é reconhecida como um exercício *compartilhado de autoridade*. Ao contrário das demais formas de governo, como a *timocracia*, a *tiranía* e a *democracia*, a *aristocracia* valoriza os melhores ou, dito de outra maneira, aqueles que detêm a sabedoria e o conhecimento são vistos como os mais aptos para administrar a cidade e exercer a justiça. A democracia, diferente da perspectiva contemporânea, assume uma dimensão negativa:

– Ora, a democracia surge, penso eu, quando após a vitória dos pobres, estes matam uns, expulsam outros, e partilham igualmente com os que restam o governo e as magistraturas, e esses cargos são, na maior parte, tirados à sorte (Platão, 2008: 253).

Na cidade ideal de Platão, modelo a partir do qual os discursos são proferidos, os filósofos desempenham função-chave, como descrito no Livro VIII:

Concordamos então, Glauco, que, na cidade que quiser ser administrada na perfeição, haverá comunidade das mulheres, comunidade dos filhos e de toda educação, e do mesmo modo comunidade de ocupações na guerra e na paz, e que dentre eles serão soberanos aqueles que mais se distinguiram na filosofia e na guerra (Platão, 2008: 239)

O papel dos filósofos desprendidos das honrarias é servir à cidade. O modelo de governo de Platão assenta-se, conforme *A República*, em uma cidade marcada pela rígida divisão do trabalho e pela consequente imobilidade social. A analogia com o corpo humano, na definição das funções, traduz uma espécie de vocação natural, afinal, soldados reservam a coragem no coração, e os magistrados, a razão na cabeça, restando os braços para os ofícios laborais. As ilusões dessa forma de governo foram destacadas por Mumford (2007), que viu em *A República* um mode-

lo despótico de “cidade fechada” (2007; p.12). Traço comum, como também se pode deduzir das críticas de Coulanges (2002), é a submissão dos indivíduos e da família à cidade ideal. O governo ideal, estabelecido nos sítios do Egeu, apagou-se no mundo real e a utopia de Platão se desfez diante da ambição colonizadora que havia corroído os ideais democráticos da pólis. Canfora (2015) discute os mitos da democracia grega e assim caracteriza *A República*:

A concepção platônica em *A República*, diante de um quadro de conflitos político-sociais insanáveis e violentos, de um governo confiado a uma elite selecionada por meio da experiência filosófica da busca do sumo bem, desvinculada da busca empírica da riqueza por meio da solução comunista de eliminação da propriedade (bem entendido, no interior daquela elite não hereditária e tão pouco menos plutocrática), é a resposta ao problema insolúvel da convivência constantemente assediada pelo conflito (2015: p. 501).¹

Quase vinte séculos depois de Platão, já no século XVI, o tema da utopia, relacionado ao governo ideal, volta à cena por intermédio do discurso de Tomas Morus [1478-1535]. Ganhou substância no relato do viajante Rafael, recurso narrativo popular no século XVI, próprio de um mundo que ainda não havia sido plenamente cartografado, bastando lembrar que Cristóvão Colombo aportou no continente americano no ano de 1492. Era como se o mundo da aristocracia medieval não pudesse ser mudado, um dos motivos pelos quais Morus adotou a estratégia do deslocamento espacial, o que popularizou sua narrativa.

Ainda no Renascimento, imaginar ilhas isoladas e construir projeções do futuro sonhado era uma forma de enfrentar a realidade objetiva que cercava as cidades e os campos. Nem mesmo as muralhas foram capazes de proteger as cidades que viam o tecido social delas ser corroído por doenças, pela pobreza, violência e pelos dogmas religiosos que regulavam o cotidiano. O subtítulo que segue *A utopia* é “O Tratado da melhor forma de governo”. Portanto, não há descrição detalhada das 54 cidades, pois a “língua, os costumes, as instituições e as leis” (Morus,

2009: p.68) delas são idênticas, motivo pelo qual o narrador escolhe Amaurota, sede do senado, como metonímia de sua Utopia. A descrição dessa cidade antecipa o desejo de uma cidade aberta. Utopus foi quem a planejou, deixando aos habitantes a tarefa de *ornamentação e acabamento*. Ruas desenhadas para o tráfego e para melhor circulação dos ventos, casas com portas e jardins – mesmo sem pertencer aos cidadãos, já que não existe propriedade privada – oferecem uma noção do centralismo que guiava Amaurota.

A atenção de Morus, no entanto, centra-se em descrever a regulação das condutas humanas. No primeiro livro encontramos um ácido diálogo sobre os privilégios da nobreza, que passa, ao juízo de Rafael, a vida como “zangões nutridos pelo trabalho alheiro” (2009: 29). A renda e o monopólio da terra, justificados pelas leis, são duramente criticados, em clara alusão ao contínuo processo de expropriação dos camponeses ingleses por intermédio de um conjunto de leis, além da criminalização da coleta e da caça nas áreas florestais, como descrito por Thompson (1987), em *Senhores e caçadores*. No segundo livro, Morus ocupa-se em descrever o governo que rege a Utopia, destacando os costumes, o trabalho e a forma de funcionamento das instituições. Mais uma vez, semelhante ao que ocorreu em *A República*, o interesse individual é submetido ao interesse coletivo. “Aqui nada é privado, e o que conta é o bem público” (Morus, 2009: 149).

Discutir interesses públicos fora do senado e das assembleias constituídas é passível de pena capital. Isso foi decidido para tornar difícil qualquer aliança do príncipe e dos tranibores que pretendessem submeter o povo a uma tirania e modificar a forma do Estado. (2009: 75)

Tanto Plantão quanto Morus discutiram problemas fundamentais dos seus respectivos tempos. Suas utopias não resultaram da simples abstração. Ao contrário, a narrativa do governo ideal aparece como uma ferramenta crítica e mobilizadora, motivo pelo qual as duas narrativas utópicas tornaram-se atemporais.

A FORMA IDEAL

As utopias, como deslocamentos cognitivos, ocuparam lugar de destaque na modernidade.² No campo

1 “É aconselhável recordar que Platão escreve no contexto de uma derrota – uma grande parte da sua região, Ática, havia sido devastada e queimada – e, assim, deve ter sentido a inutilidade de investir na renovação ou na reforma, quando a Guerra do Peloponeso poderia provocar a derrocada de seu mundo. Para Platão, “um navio de Estado mal desenhado exigia mais do que ciência de navegação para o guiar através da tempestade” (Mumford, 2007: 35).

2 Para Berman (1986), a modernidade tem a sua primeira fase no início do século XVI, estendendo-se até o fim do sé-

da ficção, apenas o romance utópico foi capaz de transformar a paisagem das cidades vitorianas em algo aprazível. No campo da técnica, os urbanistas imaginaram e construíram cidades novas. Esse movimento compreende, grosso modo, um amplo período entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Em 1888 foi publicado *Looking backward: 2000-1887* [*Daqui a cem anos: revendo o futuro* (2000)], de Edward Bellamy [1850-1898], nos Estados Unidos da América. Na Inglaterra, dois anos depois, *News from nowhere* [*Notícias de lugar algum: ou uma época de tranquilidade* (2002)], do socialista William Morris [1834-1896]. Os romances têm em comum a adoção dos autores pela narrativa do deslocamento temporal. Eles são projeções, respectivamente, de Boston e de Londres, e negam a paisagem urbana das cidades que assistiam, em graus diferenciados, ao avanço do capitalismo industrial.³ No primeiro, o protagonista dorme em 1857 e acorda 113 anos depois. Ruas amplas, muitas árvores, belos edifícios, praças, fontes etc. Tudo diverge da Boston de outrora, animada pelos movimentos grevistas. Numa incursão a um bairro, ele relata a metamorfose de Boston:

A imagem mental da cidade antiga era tão recente e forte que não cedia lugar à cidade atual, mas entrava em choque com ela de modo que primeiro foi uma e depois a outra que me pareceu mais irreal. Nada que eu visse deixava de estar manchado desse modo, como os rostos de uma prova fotográfica (Bellamy, 2000: 64).

culo XVIII. O que é essencial no conceito de modernidade de Berman é a nova experiência, compartilhada, de tempo e espaço. “A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (1986: 15)

³ Michael Lowy e Leandro Konder, no prefácio do livro de William Morris, fazem uma advertência para quem pretende fazer comparações entre os dois romances utópicos: “Um dos motivos que o levou a escrever essa obra foi o desejo de responder a outra novela utópica, de inspiração militarista e tecnocrática, *Looking Backward* (1889), do norte-americano Edward Bellamy, que se autodenominava ‘nacionalista’ e chegou a ter bastante sucesso. O ‘socialismo de Estado’ racional e utilitarista com que sonha Bellamy não é o resultado da luta dos trabalhadores, mas sim da tendência natural de concentração dos trustes e dos cartéis, que levava, em última instância, à formação de um só grande carte produtivo nas mãos do Estado e de um grande Exército Industrial, disciplinado e organizado” (Lowy & Konder, 2002: 16-17)

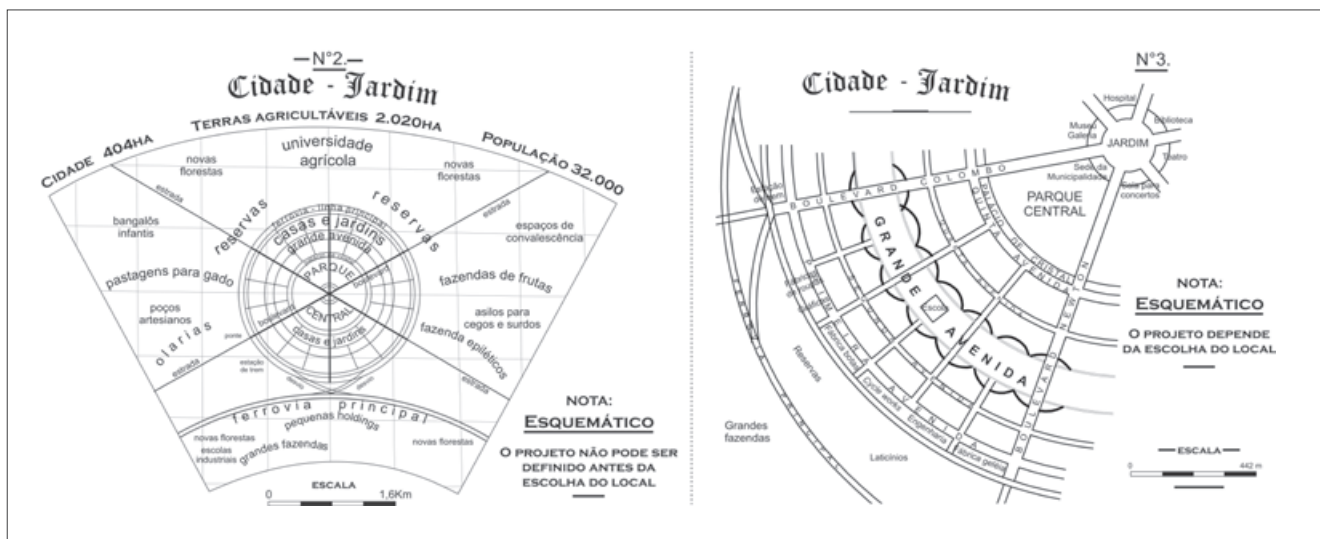
No romance utópico de Morris, a Londres vitoriana é igualmente irreconhecível para o protagonista. Ele desperta na margem do rio piscoso de Tâmsa, utilizado para a prática de esportes pela alegre população da cidade. O estranhamento dele é descrito da seguinte maneira:

Pois, apesar de haver uma ponte cruzando o rio e casas nas margens, como tudo havia mudado desde ontem à noite. A fábrica de sabão, com as chaminés vomitando fumaça, desaparecera; a oficina de engenharia também; a indústria de chumbo, desaparecida; e não se ouvia o som de rebites e martelos que geralmente vinha com o vento do este desde as oficinas de Thorneycroft. (Morris, 2002: 31).

Pouco tempo após o aparecimento dos celebrados romances de Edward Bellamy e William Morris, Ebenezer Howard [1850-1928] publica, em 1898, *Garden Cities of To-morrow* [*Cidades-jardins de amanhã* (2002)]. Trata-se de um tratado técnico que pretende reformar a sociedade a partir da cidade. A ideia básica do diagrama dos *Três Ímãs* é juntar, em um só espaço planejado, o melhor da cidade e do campo. A imagem de uma comunidade autossuficiente representa a ambição pela Cidade-Jardim. A forma desejada levaria, irreversivelmente, à sociedade desejada. Dessa maneira, as monstruosas aglomerações europeias, posteriormente denunciadas por Geddes (1994), desapareceriam dos mapas. Nasce, por assim dizer, o subúrbio-jardim, uma das mais eficientes utopias urbanas do século XX que ainda continuam vivam nos chamados condomínios horizontais exclusivos.

A cidade idealizada consiste numa propriedade de 2.400 hectares, com população urbana de trinta mil habitantes e população rural de dois mil habitantes. Segundo Howard (2002), nela haveria a possibilidade de 5.500 lotes edificáveis, com área média de 6,10 x 40m, equivalente a 244m². A densidade, portanto, em tudo era distinta dos cortiços londrinos. Na cidade também haveria lugar para um conjunto de atividades cívicas e econômicas, desde que submetidas ao zoneamento. Já a localização de algumas atividades industriais (laticínios, fábricas, carvoarias, serrarias etc.) se daria no anel externo da Cidade-Jardim. Cada cidade seria articulada com outras cidades, desse modo, uma demonstração inequívoca pode-se depreender do modelo de rede urbana de Cidades-Jardins.

Em 1928, ano da morte de Ebenezer Howard, ocorreu o I CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura e Urbanismo –, que resultou na elaboração da *Carta de Atenas*. “A arquitetura preside o destino da cidade” (Le Corbusier, 1993: 92) traduziu o mantra daqueles que, mais uma vez, acreditavam que



Fonte: Adaptado de Howard (2002)

Figura 1: a) “Cidade-Jardim e seu entorno rural. Cidade de 400 ha, zona agrícola de 2.000 ha
b) “Distrito e centro da Cidade-Jardim”

Figure 1: a) “Garden city and its rural surroundings. City of 400 ha, agricultural area of 2.000 ha
b) “District and center of the and Garden city”

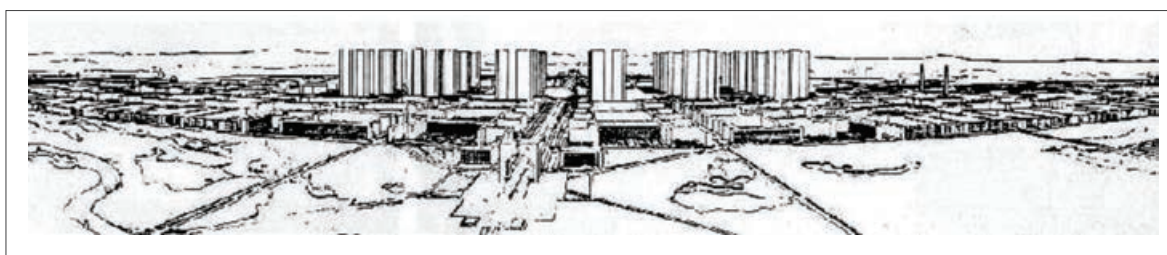
a sociedade poderia ser mudada a partir da forma. “Zoneamento”, “função” e “circulação” são palavras frequentes na *Carta de Atenas*: “Habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular” (1993: 77) são as funções que garantiriam a harmonia da cidade. A “Cidade Contemporânea” de Le Corbusier (1992), em termos demográficos, não era modesta, pois estaria preparada para abrigar três milhões de habitantes. Em sua cidade “máquina”, o terreno plano, com rios passando longe das cidades, era fundamental. Por isso a cidade de Le Corbusier deveria nascer do nada, negando seu laço fundamental com a água. A receita era aumentar a densidade via verticalização e investir em meios de circulação. Para Le Corbusier (1992), um arranha-céu deveria abrigar três mil habitantes por hectare.

Tanto Ebenezer Howard quanto Le Corbusier

podem ser compreendidos como autores de “utopias concretas” (Secchi, 2015). Mas as utopias sempre devem ser submetidas ao escrutínio da história, e isso serve tanto para aquelas que brotam de apelos românticos quanto para aquelas incentivadas pela crença de que a técnica pode resolver os problemas da humanidade. Ebenezer Howard acreditava que a técnica da separação, que fundava a utopia suburbana, resolveria os problemas urbanização, ideal posteriormente reproduzido nos Estados Unidos da América sob o signo do automóvel. Entre as condições objetivas que permitiram o surgimento do subúrbio americano estavam o maciço investimento público em rodovias e o financiamento da habitação. O subúrbio não aparece, apenas, como uma nova forma de habitação, mas como um modo de vida que reproduzia na aproximação da natureza e, por conseguinte, na negação

Figura 2: “Uma cidade contemporânea. Vista diorâmica do centro. No primeiro plano, as florestas e os prados da zona não edificável. A estação no centro e as vias nos dois eixos. Nas colinas do horizonte, os bosques da zona não edificável e as manchas claras das cidades-jardins.”

Figure 2: “A contemporary city. Dioramic view of the city. In the foreground, the forests and grasslands of the non-buildable area. The station in the center and the tracks on both axes. In the hills of the horizon, the forests of the non-buildable zone and the light patches of gardens cities.”



Fonte: Le Corbusier (1992)

da metrópole, uma nova ideologia. Mumford (1963, p. 306), em *La carretera y la ciudad*, descreve bem esse contexto, destacando, por exemplo, o papel da mulher.

Al usar el automóvil para huir de la metrópoli, el automovilista siente que sólo ha transferido la congestión a la carretera, y por ende la ha duplicado. Cuando llega a su destino en un suburbio distante, encuentra que la campiña que buscó ha desaparecido; más allá de él, gracias a los caminos para automóviles, sólo hay otro suburbio, tan triste como el suyo. *Para tener un mínimo de comunicación y sociabilidad en esta vida dispersa, su esposa tiene que convertirse en un chofer de taxi como ocupación diaria [...].* (Grifo nosso)

Le Corbusier, do mesmo modo, advogava que a técnica do adensamento resolveria os problemas decorrentes da intensa urbanização do pós-guerra. A utopia vertical tinha, por assim dizer, um mercado de atuação garantido, uma vez que a urbanização garantiu a drenagem de excedentes de capital na escala global. A urbanização, como recorda com frequência David Harvey (2008, 2011, 2015), sempre foi utilizada como fator de absorção de excedente de capital e mão de obra. Para Jacobs (2007), as duas propostas antecipavam a morte das cidades. A autora, com a sua habitual ironia, comparou Ebenezer Howard com Le Corbusier, a Cidade-Jardim do primeiro com a Ville Radieuse do segundo.

Os descentralizadores e outros leais defensores da Cidade-Jardim ficaram pasmos com a cidade de Le Corbusier – espigões num parque – e ainda estão. A reação deles foi, e continua sendo, muito parecida com a de professores de uma escola maternal progressista diante de um orfanato profundamente burocrático. E apesar disso, ironicamente, a Ville Radieuse provém diretamente da Cidade-Jardim, ao menos superficialmente, e empenhou-se em torná-la prática em locais densamente povoados. Definiu sua criação como uma Cidade-Jardim factível. “A Cidade-Jardim é uma quimera”, escreveu. “A natureza desintegra-se com a invasão das ruas e casas, e o prometido isolamento transforma-se numa comunidade superlotada [...]. A solução está na Cidade-Jardim vertical”. (Jacobs, 2007: 22).⁴

As utopias da forma, pelo caráter factível da técnica,

4 Na *Carta de Atenas*, Le Corbusier tece uma dura crítica ao subúrbio, o que não anula a analogia de Janes Jacobs: “O subúrbio é um erro urbanístico, disseminado por todo o universo e levado às suas consequências extremas na América. Ele constitui um dos grandes males do século” (Le Corbusier, 1993: 21).

ca, ocultaram projeções autoritárias mais persistentes, justamente por imaginarem que a forma determina o conteúdo. Essas narrativas ensinam que por trás de cada utopia, existe um desejo de moldar e controlar as relações humanas; estimulando, contraditoriamente, a germinação de outras utopias.

A REVERSIBILIDADE DO FUTURO

Bloch (2006) definiu as utopias sociais como aquelas que emergiram do inconformismo diante das injustiças sociais. Para Bloch, é com Marx que o “caráter abstrato” (2006: 138) das utopias é superado. Há que reconhecer a gigantesca tarefa de Karl Marx e Friedrich Engels que, além de descortinarem a natureza da produção capitalista, empenharam-se em uma luta discursiva contra interpretações de outros pares socialistas.⁵ A utopia passa a ser justificada por um modelo teórico científico, ambição explícita na crítica aos socialistas utópicos presente no *Manifesto do Partido Comunista*:

Continuam a sonhar com a realização, em regime experimental, de suas utopias sociais, instituição de falanstérios isolados, fundação de home-colônias, implantação de uma pequena Icária – edição em formato reduzido (*Duodeztausgabe*) da nova Jerusalém – e para a construção de todos esses castelos de Espanha precisam apelar à filantropia dos corações e dos endinheirados bolsos burgueses. (Marx & Engels, 1998: *on-line*).

Szachi (1972: 17-18) assim expôs o dilema marxista:

O marxismo não quer fugir da ilha da Utopia, mas tampouco quer prender-se ao presente, aceitar as suas poucas alternativas como as únicas e últimas alternativas existentes. E a história do marxismo passa-se, em certa medida, num vaivém entre dois extremos: entre o princípio reformista “o movimento é tudo, o fim é nada”, e a corrida utópica em direção ao fim último sem consideração pelas possibilidades e necessidades do movimento.

A utopia que se desenha na leitura marxista é, so-

5 Marcelo Lopes de Souza, na introdução do livro *Por uma geografia libertária*, lembra o leitor que, mesmo no século XIX, o marxismo não deteve o monopólio da crítica social. “Há mais de 150 anos os marxistas vêm envidando esforços para tentar desacreditar e eliminar o pensamento e a práxis libertários, seus principais adversários e rivais” (2017: 7). Como indicado por Choay (1979), o pensamento utópico, materializado em propostas urbanísticas, antecede o legado marxista.

bretudo, uma que nasce na cidade. São as condições materiais das cidades, cuja paisagem expressa as condições de exploração de uma legião de trabalhadores, que motivam a crença no protagonismo da classe operária. O liberalismo, o *laissez-faire*, se expressa por meio do monopólio dos meios de produção e na exploração do trabalho que repercute, diretamente, na paisagem urbana, de modo geral; e na questão da moradia, de modo particular. A *Coketown* de Charles Dickens, em *Tempos difíceis* (1968), sintetizou, como hipérbole da cidade industrial, as ambições do controle do tempo da massa uniforme de operários consumidos pelo liberalismo.

Este era um dos ditados de *Coketown*. Ali todo capitalista que conseguira acumular 60 mil libras esterlinas com moedas de seis pences ficava admirado que 60 mil operários que o cercavam não juntassem também 60 mil libras esterlinas por mês e seis pences e reprovava-lhes porque não conseguiam fazer o mesmo, realizando esse empreendimento que estava ao alcance de todos. “O que eu fiz, tu também podes fazer: por que não o fazes?” (Dickens, 1968, p.147)

Para essa mesma massa que habitava a ficcional *Coketown*, Engels dedicou o livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1985), renunciando dos “banquetes”, do “porto” e do “champagne”, para partilhar experiências com o operariado. O mesmo fervor que denuncia a situação das cidades é encontrado, posteriormente, em muitas passagens de *O Capital* (Marx, 2015).

A utopia, portanto, advogaria e justificaria cientificamente a união dos proletários, modelo de interpretação vulgarizado por Engels (1984). A universalização do proletariado criaria a demanda pela revolução. Tomar o Estado era a segunda tarefa do proletariado. De posse do poder do Estado, começaria a conversão dos seus meios de produção, o que faria desaparecer a propriedade privada. Conforme Engels (1984: 73),

A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será “abolido”, *extingue-se*.

Depreendem-se dessa literatura algumas questões que justificavam a importância da cidade industrial no fomento das utopias. A primeira parte da noção de que a cidade reuniria, em função das contradições

do capitalismo fabril, as condições objetivas para as mudanças. É como se a cidade fosse o motor de uma história dirigida pelo operariado urbano que unificou, de certo modo, a agenda do proletariado fabril e camponês. A segunda é que existe uma ideia de protagonismo da classe operária manifestada pela participação, por exemplo, na *I Internacional*. “Proletários de todos os países, uni-vos” (Marx & Engels, 1998) é o apelo pela universalidade da causa operária. A terceira resulta do entendimento do espaço público como arena de mobilização, fato justificado pelas experiências históricas urbanas, por assim dizer, subversivas, como a Revolução Francesa, as Jornadas de 1848 ou mesmo a Comuna de Paris.⁶

A cidade que emergia da revolução industrial era, ao mesmo tempo, *core* do sistema de exploração colonial, núcleo do poder do capitalismo fabril e lócus do surgimento do movimento operário – melhor receita não havia para mudar o futuro a partir das cidades.

A PEDAGOGIA MOBILIZADORA

“Sejamos realistas, exijamos o impossível!” Algo aconteceu em maio de 1968. As ruas de Paris transformam-se em vitrinas do mundo. Outrora, a rua traduziu os anseios de mudança, tal como as palavras contestadoras com relação aos sistemas políticos opressores grifaram os muros. Henri Lefebvre, no livro *A irrupção*, publicado no clima dos eventos de maio de 1968, expôs argumentos que permitiam, mesmo que prematuramente, entender que o espaço público abrigou, naquele momento, demandas de espaços distintos, como os de labor operariado e os institucionais dos estudantes. Segundo Goldmann (1968: 11):

É quando os estudantes começaram a se manifestar na rua e se chocarem com a repressão que os operários sentiram bruscamente, provavelmente sem nenhum contato direto com os primeiros, a possibilidade de agir da mesma forma e fizeram pressão sobre suas organizações sindicais. Da mesma forma, foi quando os estudantes ocuparam as universidades que os operários, por sua vez, desencadearam a greve e ocuparam as fábricas.

Os discursos utópicos impressos nos muros de Paris ganharam o mundo, confirmando seu efeito mobilizador. Eles igualmente concorreram para

⁶ O livro *Revoluções* (2009), organizado por Michael Lowy, oferece ao leitor um conjunto sintético de informações sobre conhecidas rebeliões. Depreende-se dos breves textos e da excelente iconografia, a forte vinculação das revoluções com a cidade.

a efetivação daqueles eventos, e para o surgimento de dois processos interdependentes, visto que Paris, como metáfora das utopias contemporâneas, se repetiu em Praga, no Rio de Janeiro, na Cidade do México etc. O primeiro resulta da conexão das causas, fomentado, contraditoriamente, por aquilo que Marcuse (1973), no tempero dos eventos de 1968, adjetivou de o fim das utopias.⁷ O próprio fim da utopia, por esse ângulo, reanimou as utopias. As promessas do socialismo e do liberalismo não convenciam mais a juventude. Logo, a conexão das causas teve como consequência o segundo processo: a visibilidade dos movimentos de contestação. De um momento para o outro, explodiam revoltas urbanas quase sincronizadas na escala planetária.

É oportuno lembrar que esses processos ocorrem em um período que sucede, especialmente no continente europeu e nos Estados Unidos, os chamados Trinta Gloriosos. Uma fase conhecida pelas altas taxas de crescimento da economia e uma parcial socialização dos excedentes, forjando aquilo que foi conhecido, no bojo do fordismo, de “democracia salarial”. A cidade que emergiu do pós-guerra tinha sua paisagem física e social profundamente vinculada ao Estado social. A construção e reconstrução das cidades, o que inclui um amplo sistema de infraestrutura de transporte, comunicação e saneamento, além dos programas de moradia, foi protagonizada pelo Estado. Do mesmo modo, a universalização dos serviços públicos e dos sistemas públicos de aposentadoria e proteção social tornou a paisagem social das cidades intimamente ligada ao destino do Estado social, como descrito por Castel (2015), em *Metamorfoses da questão social*. É claro que esse processo ocorreu de forma muito desigual, seja na Europa, nos Estados Unidos ou mesmo na América Latina. Mas o fato inegável é que o Estado social modificou a paisagem das cidades. O Estado de bem-estar social foi, primeiramente, mesmo na sua incompletude, uma construção da sociedade urbana. Serviu para amenizar os conflitos sociais próprios do modelo de urbanização.

Mas o que ocorreu com as utopias e com a cidade após o forjado consenso sobre a falência do Estado?

A desidratação do Estado social a partir da década de 1970 acompanhou a generalização do processo de urbanização. A urbanização do continente africano e do asiático, distinta do continente europeu, demons-

trou-se mais tardia, mas nem por isso menos problemática, como se deduz da leitura de Davis (2006), em *Planeta Favela*. As dez maiores aglomerações urbanas do planeta, em janeiro de 2017, concentravam 295,5 milhões de pessoas. Dessas dez, duas se localizam na China e duas na Índia. Figura na lista, considerando a América Latina, apenas a Cidade do México (*City Population*, 2017). A concentração urbana, que antes absorvia parte dos excedentes via emprego fabril, agora reúne uma legião de pessoas pobres e indigentes, fato agravado pela deterioração dos sistemas de assistência social e pela privatização dos serviços públicos. Esse “novo ciclo urbano vitoriano”, sobre o qual as utopias do presente devem ser construídas, reúne, em diferentes cidades e com graus de intensidade variada, os seguintes processos:

a) Concentração sem precedentes de pessoas, o que tornou visível, devido à dinâmica imobiliária e fundiária das cidades, a questão da habitação. Ao *Planeta Favela*, metáfora de Mike Davis, somam-se, nos Estados Unidos da América, assim como em países europeus, modalidades de ocupação temporárias dos espaços públicos por populações desalojadas, nômades, invisíveis aos olhos do outro, mas reprimidas pelas forças do mercado em associação com o Estado repressor. Não é por acaso que as narrativas distópicas de sucesso ocorram em um futuro apocalíptico pós-urbano, a exemplo de *The Walking Dead*.⁸

b) Crescente desigualdade social e correlata concentração de renda com profundo impacto nas formas de organização do espaço urbano. Essa desigualdade de renda guarda inequívoca relação com o processo de precarização do trabalho. A clássica cidade liberal do século XIX e de boa fração do século XX, cujo trabalho fabril manifestava-se como *core* de sua existência, foi corroída pelas mudanças no mundo do trabalho. Há, como diagnosticado por Ricardo Antunes (2018), em *O privilégio da servidão*, um novo proletariado de serviços, fragmentado, móvel funcionalmente, cujos direitos foram corroídos por mudanças no estatuto jurídico do trabalho.

Esses dois processos enquadram-se na realidade objetiva das cidades contemporâneas, marcando aquilo que Harvey (2008) chamou de “acumulação por espoliação”, cujas características são a *privatização*, a *financeirização*, a *administração das crises* e a

7 O fim das utopias ganhou projeção no discurso de intelectuais de diferentes matrizes teóricas. Albert Camus, em 1951, publicou *O homem revoltado* (Camus, 1960), denunciando a “época das ideologias”. Raymond Aron (2016), em 1955, publicou o livro *O ópio dos intelectuais*. A crítica à esquerda encontra-se nas três partes de sua obra: *Mitos políticos*, *Idolatria da história* e *Alienação dos intelectuais*.

8 A série *The Walking Dead*, originária das histórias em quadrinhos, apresenta um cenário apocalíptico pós-urbano após o aparecimento dos zumbis. Uma parcela da população passa a sobreviver da coleta dos restos da sociedade urbana-industrial, recuando, progressivamente, para as formas de sociabilidade primitivas. As comunidades, ao longo do seriado, se estruturaram a partir da necessidade da segurança, em alusão às cidades medievais.

redistribuição via Estado. O *core* da espoliação territorializa-se na cidade flexível, contornada por fluxos financeiros e trabalho desregulamentado. Richard Sennet (2012) nomeou esse movimento de *corrosão do caráter*, em alusão à deterioração dos compromissos de classe, ao fim do sentimento de pertencimento e da solidariedade e, principalmente, da estabilidade e da segurança no emprego. Todavia, esse é apenas um dos lados da moeda. Na cidade flexível, a pobreza é rígida, tornando homens, mulheres e crianças um tipo de produto perigoso que, muito embora descartável, deve ser vigiado, controlado. A resposta para o aumento da pobreza e da desigualdade é a criminalização da miséria, para lembrar Loic Wacquant, em *Prisões da miséria* (2001) e Stephen Graham, em *Cidades sitiadas* (2016). Em outras palavras, se a *Coketown* de Dickens foi construída no auge do liberalismo vitoriano do século XIX, a metrópole contemporânea expõe todos os ingredientes do neoliberalismo, no sentido analisado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016), em *A nova razão do mundo*. Não se trata, seguindo a linha dos filósofos, de uma mudança apenas econômica ou mesmo das estruturas burocráticas do Estado, mas, sobretudo, de “novas relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (2016, p.16). A Nova Crobuzon do ficcionista China Mieville é nossa nova *Coketown* neoliberal.⁹

É sobre esse mundo urbano flexível e precário, fragmentado do ponto de vista das classes, que uma nova utopia florescerá, com outros mecanismos de mobilização e resistência. E poderá de várias cidades, característica de um mundo em rede, globalizado, mas que não conseguiu, apesar dos esforços, silenciar as vozes dos mais vulneráveis.

CONCLUSÃO

Poucos escritores traduziram, como Victor Hugo, o potencial subversivo das cidades. Saint-Antoine era para ele um “reservatório do povo”, uma fenda dilatada na rocha que expelia soberania popular.

Esse antigo subúrbio, populoso como um formigueiro, laborioso, corajoso e bravo como um enxame de abelhas, estremece com a espera e o desejo de uma comoção. Tudo ali se agitava sem que por

isso o trabalho fosse interrompido. Nada poderia dar uma ideia dessa viva e sombria fisionomia. Nesse bairro, há misérias pungentes escondidas sob os tetos das mansardas; mas ali também há inteligências ardentes e raras. É especialmente em função da indigência e da inteligência que é perigoso quando os dois extremos se tocam. (Hugo, 2014: 894).

Os Miseráveis é uma obra sobre adoção, doação, rebelião, compaixão. Narra os encontros nos becos, nas ruas e nas barricadas de Paris. Historicamente, os encontros fomentaram, em diferentes perspectivas, o desejo de mudança. É na cidade e, mais especificamente, no espaço público, que ele é discutido, reivindicado e, por vezes, materializado. É no encontro, no reconhecimento de problemas e causas comuns, que as utopias são construídas, que mundos melhores são imaginados. A utopia, portanto, é um querer que sempre traduzirá um projeto coletivo. Esse projeto coletivo, compreendido desde a Grécia antiga até o Renascimento como um modelo de governo ideal, nos moldes de Platão e de Morus, são, antes de narrativas ingênuas, ácidas críticas aos respectivos modelos de sociedade. O mesmo não se pode dizer, por exemplo, das utopias “concretas”, representadas pelo compasso de Howard e Le Corbusier que remetem na sua origem a uma ideia de cidade estática, em que a forma determina o conteúdo. São as utopias sociais, que antecedem ou mesmo ultrapassam as utopias concretas, que dão sentidos mais vigorosos à crítica social, na proporção em que não depositam na forma, nem no deslocamento temporal e espacial, a responsabilidade para mudança do presente.

O fato é que se admitirmos que o desejo da utopia é urbano, pelo menos desde a modernidade, é porque a urbanização da humanidade, ao concentrar-se cada vez mais nos excedentes socialmente produzidos na cidade, estimulou encontros perigosos, como aqueles descritos por Victor Hugo. Mas a cidade rebelde, termo utilizado por David Harvey (2014), não tem localização precisa. É uma cidade virtual. Existe como potência. Luís XVI intuiu isso quando se acomodou no Palácio de Versalhes, distanciando-se, ilusoriamente, das rebeliões e da guilhotina. A utopia também é mais do que o espelho da popular metáfora de Foucault (2001). De modo semelhante, amplia o sentido etimológico de “não lugar”. A utopia existe, está ali, esperando um gatilho para anunciar o desejo de mudança. É uma ânsia por respostas para problemas concretos da sociedade urbana. A utopia sempre terá uma concretude. Isso se reflete na própria busca pela mudança desejada, traduzida em discursos e/ou manifestações políticas no espaço público. O desejo se revelou na Ocupação Povo Sem Medo, propor-

9 Nova Crobuzon é a cidade do romance *Estação perdido*, do escritor militante China Mieville. Trata-se de uma metrópole decadente, habitada por um sem-número de raças em constante conflito. Ao que tudo indica, *Nova Crobuzon* foi erigida nos escombros da cidade industrial clássica.

cionado destinação social a uma gleba de terra ilhada por condomínios verticais em São Bernardo do Campo, São Paulo. E também na ocupação de escolas por estudantes secundaristas, como ato de protesto diante da eminente privatização do ensino público. Ele aderiu ao movimento *Occupy Wall Street*, cujo apelo romântico aposta no constrangimento como arma de mudança. E, por fim, o desejo materializa-se na Associação de Combate à Precariedade, denominada Precários Inflexíveis, com sede em Portugal, que reúne, em seu campo de ação política, trabalhadores em regime precariado e em situação de desemprego; agenda compartilhada por outros movimentos, como o francês *Nuit Debout*.¹⁰

Enfim, a utopia vincula-se, historicamente, a um tipo de discurso e ação que oscila entre a ingenuidade e a crítica. Mas as duas dimensões, como ensina a literatura romântica, os muros das cidades e até mesmo os tratados políticos, são complementares. Sarago (1998: 17), em *O conto da ilha desconhecida*, brinca com essas dimensões:

A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas, Quem foi que te disse, rei, que não há ilhas desconhecidas, Estão todas nos mapas, Nos mapas só estão as ilhas conhecidas, E que ilha desconhecida é essa de que queres ir a procura, Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida.

O homem que bate a porta do rei, deparando-se com um universo burocrático, imutável, não é, propriamente, um “marinheiro”. Na vontade de aventurar-se pelo mar, como negação do mundo objetivo, desconsidera a expertise náutica. Trata-se de um homem ordinário, porém obstinado pelo direito de imaginar que outro mundo é possível. A utopia assemelha-se ao anseio desse “marinheiro”, e a cidade se parece com o seu barco: é um lugar para pensar, construir e vivenciar um mundo melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** – o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

10 Os *Precários Inflexíveis* e o *Nuit Debout* surgiram, respectivamente, em 2011 e 2016. Os dois movimentos demonstram, com seu poder mobilizador, que existe uma agenda de combate ao conjunto de causas comuns, especialmente em relação às reformas neoliberais que projetam a austeridade e estimulam a precarização do trabalho.

- ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- ARON, R. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- BELLAMY, E. **Daqui a cem anos: revendo o futuro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BLOCH, E. **O princípio esperança**. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.
- BRAGA, R. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CAMUS, A. **O homem revoltado**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1960.
- CANFORA, L. **O mundo de Atenas**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva.
- City Population. **Major agglomerations of the world**. Disponível em: <http://www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html>. Acesso 24 out. 2018.
- COULANGES, F. de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, CHRISTIAN. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DICKENS, C. **Tempos difíceis**. São Paulo: Edições Paulínea, 1968.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global Editora, 1985.
- ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global Editora, 1984.
- FOUCAULT, M. Outros espaços. In M. Foucault, **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GOLDMANN, L. Mesa-redonda: por que os estudantes? In H. Lefebvre, **A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo: Documentos, 1968.
- GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **O enigma do capital**. Lisboa: Bêzâncio, 2011.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Marins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. **Paris, a capital da modernidade**.

- São Paulo: Boitempo, 2015.
- HOWARD, E. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- HUGO, V. **Os miseráveis**. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.
- LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LEFEBVRE, H. **A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo: Documentos, 1968.
- LOWY, M (Org.). **Revoluções**. São Paulo: Boitempo.
- LOWY, M., & Konder, L. O socialismo libertário de William Morris. In W. Morris, **Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- MARCUSE, H. **El fin de la utopia**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973.
- MARX, K., & Engels, F. Manifesto do Partido Comunista. **Estudios Avanzados**, 12(34), 7-46. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000300002>
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- MIEVILLE, China. **Estação perdido**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MORRIS, W. **Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- MORUS, T. **A utopia**. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- MUMFORD, L. **História das utopias**. Lisboa: Antígona, 2007.
- MUMFORD, Lewis. **La carretera y la ciudad**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1963.
- Nuit Debout. #NuitDebout. Disponível em: <https://wiki.nuitdebout.fr/wiki/Accueil>. Acesso 24 out. 2018.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- Precários Inflexíveis (n.d). **Manifesto fundador da Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis**. Disponível em: http://www.precarios.net/?page_id=3977.
- SARAMAGO, J. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SECCHI, B. **A cidade do século vinte**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- SOUZA, M. L. de. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SZACHI, J. **As utopias**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. ■